



Índice Firjan Gestão Fiscal - Edição 2025

Panorama das contas dos municípios do Paraná e principais desafios

ANÁLISE ESPECIAL | IFGF

www.firjan.com.br/ifgf

O **Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF)** apresenta uma radiografia completa da situação das contas públicas municipais. O índice é inteiramente construído com base em resultados fiscais oficiais, declarados pelas próprias prefeituras à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e é composto por quatro indicadores¹: **Autonomia**, **Gastos com Pessoal**, **Liquidez** e **Investimentos**. A leitura dos resultados é bastante simples: a pontuação varia entre 0 e 1, sendo que quanto mais próxima de 1 melhor a gestão fiscal do município. Com o objetivo de estabelecer valores de referência que facilitem a análise, foram convencionados quatro conceitos para o IFGF:

Gestão de Excelência: resultados superiores a 0,8 ponto.

Boa Gestão: resultados entre 0,6 e 0,8 ponto.

Gestão em Dificuldade: resultados entre 0,4 e 0,6 ponto.

Gestão Crítica: resultados inferiores a 0,4 ponto.

A Situação Fiscal dos Municípios Brasileiros

O Brasil enfrenta um ambiente econômico desafiador: juros altos, contas federais em desequilíbrio e incertezas externas. Além disso, consolida-se internamente um quadro de baixa competitividade, que trava o crescimento e afasta investimentos. Nesse cenário, municípios ganham relevância: por estarem mais próximos do cidadão, podem atacar ineficiências e transformar a gestão dos recursos públicos em melhores serviços para a população.

O Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) mostra como os municípios administram seus recursos e evidencia que uma gestão eficiente é decisiva para fortalecer a competitividade do país. Esta edição do índice avaliou as contas de 5.129 cidades a partir dos dados do ano de 2024.

¹ Para mais detalhes, consulte o anexo metodológico: <https://www.firjan.com.br/ifgf/>

Em média, os municípios encerraram o ano em situação fiscal favorável: o IFGF alcançou 0,6531 ponto, o melhor resultado da série iniciada em 2013. Ainda assim, 46 milhões de brasileiros vivem em localidades com gestão ineficiente das contas públicas, permanecendo expostos às oscilações econômicas e políticas.

Na comparação anual, a ampliação das transferências da União foi determinante para o crescimento das receitas municipais e contribuiu para a melhora fiscal das cidades. Essa maior disponibilidade de recursos sustentou a expansão dos gastos, sem comprometer a folga orçamentária. Desta forma, mesmo com baixa autonomia, sobretudo nas cidades menores, as prefeituras encerraram 2024 com melhor planejamento e menor peso das despesas de pessoal no orçamento. Além disso, os investimentos públicos atingiram patamar recorde.

Apesar dos avanços, persistem desafios para transformar esse quadro em desenvolvimento econômico. Sem critérios claros de alocação de receitas e mecanismos de avaliação dos gastos, o ganho fiscal não se converterá em competitividade tampouco em melhorias sociais.

À luz desse cenário, esta análise aborda os principais desafios para a gestão fiscal nos municípios do estado do Paraná². Foram analisadas as contas de 368 dos 399 municípios paranaenses³, onde vivem 11,1 milhões de pessoas - 93,9% da população estadual.

A Situação Fiscal dos Municípios Paranaenses

Municípios do Paraná apresentam boa gestão fiscal, mas também precisam enfrentar o desafio de se adaptar a ciclos econômicos e novas demandas sociais.

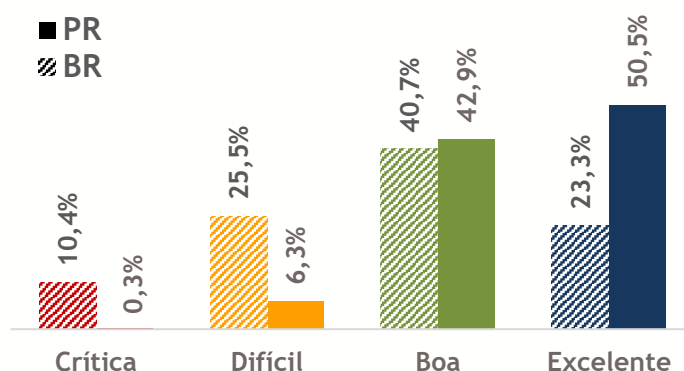
Na média, os municípios paranaenses terminaram o ano de 2024 com uma boa situação fiscal. O IFGF médio do estado alcançou **0,7910 ponto** – 21,1% acima da média nacional (0,6531 pontos). De todos os municípios do estado analisados, 344 prefeituras (93,5% do total) encerraram 2024 com situação fiscal boa ou excelente - dados no gráfico abaixo. Apenas 23 cidades (6,3%) terminaram o ano com um cenário fiscal difícil, e somente uma apresentou situação crítica⁴.

² O IFGF, com dados específicos de cada município analisado no Brasil, análises e propostas, pode ser consultado através deste link: www.firjan.com.br/ifgf

³ Os dados de 31 municípios não foram avaliados devido à indisponibilidade ou inconsistência nas informações declaradas.

⁴ Campo Magro.

Distribuição da gestão fiscal dos municípios paranaenses em 2024



Na média, os contextos político e econômico favoreceram para que os municípios apresentassem boa autonomia, baixa rigidez orçamentária, bom planejamento financeiro e elevados níveis de investimentos.

A seguir serão apresentados os resultados dos quatro indicadores que compõem o IFGF. Além de resumir o quadro fiscal de 2024 dos municípios do Paraná, os indicadores abordam os principais entraves enfrentados pelas prefeituras na gestão dos recursos públicos.

O **IFGF Autonomia** registrou **0,6900 ponto**, acima da média nacional (0,4403). Mesmo com o resultado positivo, o indicador de Autonomia foi o que apresentou desempenho mais baixo entre os municípios do Paraná. O indicador avalia se as receitas geradas pela atividade econômica local são suficientes para cobrir as despesas essenciais ao funcionamento da administração municipal⁵. Em 2024, quase metade dos municípios (49,2%) obtiveram grau de excelência no indicador. Desse grupo, 118 atingiram nota máxima, refletindo que sua receita local é mais que suficiente para arcar com suas despesas essenciais.

No entanto, 23 prefeituras não foram capazes sequer de suprir suas despesas básicas e, portanto, receberam nota zero no indicador.

O IFGF Autonomia evidencia um problema que é crônico na esfera municipal: A alta dependência de municípios por transferências de recursos públicos da União para suprir necessidades mínimas locais. As consequências são: vulnerabilidade frente ao ciclo econômico, desincentivo a gestão fiscal responsável e estagnação da base econômica no município.

Indicador com melhor desempenho no estado, o **IFGF Gastos com Pessoal** médio dos municípios foi de **0,8702 ponto** - acima da média nacional (0,7991). Esse resultado revela que as prefeituras do estado possuem uma excelente flexibilidade orçamentária e baixo peso da folha de pagamentos de salários e aposentadoria de

⁵ São consideradas como despesas essenciais ao funcionamento da máquina pública aquelas destinadas ao funcionamento da Câmara Municipal e da estrutura administrativa da prefeitura.

servidores. Dos 368 municípios analisados, 173 (47,0%) registraram nota máxima no indicador. Com isso, esses municípios finalizaram o ano com alta flexibilidade orçamentária.

No entanto, o cenário favorável não é realidade para todas as cidades analisadas: 14 prefeituras⁶ (3,8%) comprometem mais 54% da Receita com a folha de salário e aposentadorias do funcionalismo público⁷. Entre essas cidades, duas⁸ destinam mais de 60% da receita para esse tipo de despesa, ou seja, ultrapassaram o limite máximo para gasto com pessoal determinado pela LRF.

É fundamental que os gestores disponham de ferramentas e de flexibilidade orçamentária para lidar de forma eficiente com alterações nos ciclos econômicos e mudanças nas demandas sociais.

No **IFGF Liquidez**, que avalia se as prefeituras dispõem de recursos em caixa para cumprimento das obrigações financeiras de curto prazo, os municípios paranaenses apresentaram bom desempenho: **0,7932 ponto**, acima do registrado na média dos municípios do país (0,6689). Do total de municípios analisados no estado, 125 fecharam o exercício de 2024 com alta liquidez e receberam nota máxima no indicador. Todavia, 18 prefeituras terminaram o ano no “cheque especial”, ou seja, sem recursos em caixa suficientes para cobrir as despesas postergadas para o ano seguinte e, por isso, ficaram com nota zero no indicador.

Por fim, o **IFGF Investimentos**, que mede a parcela da receita destinada aos investimentos públicos, teve resultado médio de **0,8105 ponto**, acima da média dos municípios brasileiros (0,7043). Dos 368 municípios analisados, 230 (62,5%) apresentaram elevado nível de investimento público em 2024, dentre os quais 178 prefeituras ficaram com nota máxima no indicador ao destinarem mais de 12% do orçamento para esse tipo de despesa.

No entanto, o bom nível de investimentos não está presente em todos os municípios do estado: 29 prefeituras terminaram o ano com nível crítico de investimento público ao destinar, em média, apenas 3,7% da receita para essa finalidade.

Apesar do resultado majoritariamente positivo, para que as desigualdades regionais e sociais sejam superadas, é fundamental que as decisões sobre a alocação dos recursos públicos, sobretudo os investimentos, sigam critérios bem definidos, sejam eficientes e respeitem as demandas e necessidades da população.

⁶ Colombo, Foz do Iguaçu, Guamiranga, Guaraci, Imbituva, Janiópolis, Laranjal, Medianeira, Novo Itacolomi, Porto Rico, Prado Ferreira, Presidente Castelo Branco, Rondon e Tapejara.

⁷ A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) determina um limite de alerta de 54% da RCL para Gastos com Pessoal. Quando os municípios atingem esse limite a lei determina que adotem medidas de ajuste fiscal, reduzindo despesas com pessoal e contingenciando novos gastos. Quando o município ultrapassa o limite de 60% de gasto com pessoal, a LRF obriga a reduzir a despesa nos dois quadrimestres seguintes, inclusive com corte de cargos comissionados e funções de confiança.

⁸ Prado Ferreira e Presidente Castelo Branco.

Destaque: Curitiba - PR

Em 2024, a capital paranaense apresentou excelente gestão fiscal, evidenciada pela nota **0,8499** no IFGF Geral. Curitiba se destacou ao alcançar notas máximas nos indicadores de **Autonomia**, **Gastos com Pessoal** e **Liquidez**.

No entanto, a cidade apresentou níveis críticos de Investimentos (0,3994), 50,8% abaixo da pontuação média do estado, significando que a capital não priorizou investimentos públicos no orçamento.

Na comparação com as capitais das 26 unidades federativas, Curitiba ficou na 10ª posição. O baixo Investimento - 5ª pior nota entre as capitais - foi determinante para a capital se posicionar na metade do ranking das capitais.

Ainda assim, a análise histórica mostra que a capital mantém uma trajetória de excelência na gestão fiscal, com dados históricos positivos em relação à Autonomia, aos Gastos com Pessoal e à Liquidez. O histórico de baixo nível de investimentos, no entanto, impede uma gestão ainda mais eficiente.

Tabela 3: Evolução da Gestão Fiscal no Município de Curitiba

Ano	IFGF Geral	Autonomia	Gastos com Pessoal	Liquidez	Investimentos
2013	0,5929	1,0000	1,0000	0,0000	0,3714
2014	0,5435	1,0000	1,0000	0,0000	0,1742
2015	0,5097	1,0000	0,9422	0,0000	0,0965
2016	0,6078	1,0000	0,8441	0,4871	0,0999
2017	0,6799	1,0000	0,7974	0,7985	0,1238
2018	0,7692	1,0000	1,0000	0,9449	0,1321
2019	0,8077	1,0000	1,0000	1,0000	0,2307
2020	0,8176	1,0000	1,0000	1,0000	0,2702
2021	0,7958	1,0000	1,0000	1,0000	0,1830
2022	0,8350	1,0000	1,0000	1,0000	0,3400
2023	0,8680	1,0000	1,0000	1,0000	0,4722
2024	0,8499	1,0000	1,0000	1,0000	0,3994
Média PR 2024	0,7908	0,6892	0,8699	0,7927	0,8117
Média Capitais 2024	0,7888	0,9039	0,8102	0,7360	0,7050

EXPEDIENTE: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) - Av. Graça Aranha, 01 CEP: 20030-002 - Rio de Janeiro | Presidente: Luiz César Caetano | Diretor de Competitividade Industrial, Inovação Empresarial e Comunicação Corporativa: Maurício Fontenelle Moreira | Gerente Geral de Competitividade: Luís Augusto Azevedo | Gerente de Estudos Econômicos: Jonathas Goulart | Equipe Técnica: Nayara Freire, Antônio Carvalho e Jefferson Guilherme.

Informações: economia@firjan.com.br

Visite nossa página: <https://www.firjan.com.br/ifgf/>